



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REGULATÓRIAS

2023

MGE TRANSMISSÃO S. A.

MGE Transmissão S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
MGE Transmissão S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da MGE Transmissão S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa Aneel Nº 933/2021 de 28 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MGE Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa Aneel Nº 933/2021 de 28 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações financeiras societárias separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente, com data de 05 de fevereiro de 2024, sem modificação de opinião.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa Aneel Nº 933/2021 de 28 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

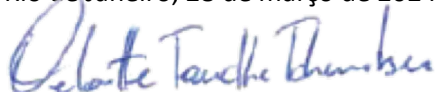
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC n° 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Diego Wailer da Silva
Contador
CRC n° 1 RS 074562/O-3

MGE Transmissão S.A.
CNPJ: 11.638.929/0001-67

Balço patrimonial regulat3rio em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022	Passivo	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.726	9.039	Fornecedores	9	744	1.673
Concession3rias e permission3rias	6	6.750	6.912	Empr3stimos e financiamentos	10.a	13.877	13.603
Outros ativos circulantes		455	1.922	Impostos correntes a pagar		1.473	1.587
Total do ativo circulante		17.931	17.873	Dividendos a pagar	13.c	14.107	19.656
				Outros passivos circulantes	11	3.286	2.101
Ativo n3o circulante				Total do passivo circulante			
Aplica33es financeiras	5	4.501	4.934			33.487	38.620
Dep3sitos judiciais e cau33es		612	623	Passivo n3o circulante			
Imobilizado	7.1	338.977	350.077	Empr3stimos e financiamentos	10.a	62.387	73.632
Intang3vel	7.2	14.102	14.102	Provis3o para riscos	12	391	271
Total do ativo n3o circulante		358.192	369.736	Obriga33es vinculadas		16.814	17.474
				Total do passivo n3o circulante			
						79.592	91.377
				Patrim3nio l3quido			
				Capital social	13.a	278.232	278.232
				Reservas de lucros	13.b	137.515	106.570
				Preju3zos acumulados		(152.703)	(127.190)
				Total do patrim3nio l3quido			
						263.044	257.612
Total do ativo		376.123	387.609	Total do patrim3nio l3quido e total do passivo		376.123	387.609

As notas explicativas s3o parte integrante das demonstra33es cont3beis regulat3rias.

MGE Transmissão S.A.
CNPJ: 11.638.929/0001-67
Demonstrações de resultados - Regulatório

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		69.208	65.922
Tributos			
PIS-PASEP	15.a	(454)	(427)
COFINS	15.a	(2.094)	(1.971)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(568)	(537)
Reserva global de reversão - RGR		(1.815)	(1.714)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(78)	(73)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE		(279)	(264)
Receita líquida		<u>63.920</u>	<u>60.936</u>
Custos gerenciáveis - Parcela "B"			
Remuneração do pessoal		(1.524)	(1.249)
Remuneração dos administradores	8.b	(569)	(484)
Material		(264)	(61)
Serviços de terceiros		(8.613)	(8.710)
Arrendamento e aluguéis		(174)	(54)
Seguros		(193)	(167)
Provisões		(120)	165
(-) Recuperação de despesas		1.254	88
Tributos		(221)	(240)
Depreciação e amortização		(11.080)	(11.079)
Outros despesas e receitas operacionais		(918)	(851)
Resultado da atividade		<u>41.498</u>	<u>38.294</u>
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	14	(7.163)	(8.647)
Receitas financeiras	14	2.533	1.616
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		<u>36.868</u>	<u>31.263</u>
Imposto de renda	15.b	(2.004)	(1.688)
Contribuição social	15.b	(981)	(853)
Lucro líquido do exercício		<u><u>33.883</u></u>	<u><u>28.722</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

MGE Transmissão S.A.

CNPJ: 11.638.929/0001-67

Demonstrações de resultados abrangentes - Regulatório

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	33.883	28.722
Outros componentes do resultado abrangente	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>33.883</u>	<u>28.722</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

MGE Transmissão S.A.

CNPJ: 11.638.929/0001-67

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Regulatório

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	278.232	3.150	44.887	(79.147)	247.122
Resultado do exercício	-	-	-	28.722	28.722
Destinação do resultado do exercício					
Constituição da reserva legal	-	3.838	-	(3.838)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(18.232)	(18.232)
Constituição da reserva de retenção de lucros	-	-	54.695	(54.695)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	278.232	6.988	99.582	(127.190)	257.612
Resultado do exercício	-	-	-	33.883	33.883
Destinação do resultado do exercício					
Constituição da reserva legal	-	2.969	-	(2.969)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(14.107)	(14.107)
Constituição da reserva de retenção de lucros	-	-	42.320	(42.320)	-
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	(14.344)	-	(14.344)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	278.232	9.957	127.558	(152.703)	263.044

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

MGE Transmissão S.A.

CNPJ: 11.638.929/0001-67

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Regulatório

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	31.12.2023	31.12.2022
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	33.883	28.722
Ajustes em:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	6.973	8.376
Depreciação	11.080	11.079
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Concessionárias e permissionárias	162	(1.394)
Outros ativos	1.478	(1.756)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(929)	197
Impostos e contribuições sociais	2.369	2.436
Outros passivos	1.304	(2.488)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(4.590)	(5.425)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.483)	(1.702)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	49.247	38.045
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	433	(38)
Aquisição de imobilizado	(639)	(75)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(206)	(113)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(13.354)	(13.067)
Dividendos pagos	(34.000)	(20.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(47.354)	(33.067)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.687	4.865
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	9.039	4.174
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	10.726	9.039
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.687	4.865

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

1.1 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a Tarifa de Uso dos Sistema de Transmissão (TUST). As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

1.2 Contexto operacional

A MGE Transmissão S.A. (“MGE” ou “Companhia”), sediada na cidade do Rio de Janeiro, foi constituída em 3 de fevereiro de 2010, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, criada pelo Consórcio MGE atualmente formado por Gebbras Participações Ltda., controlada pelo Grupo Energia Bogotá, com 51% e por Furnas Centrais Elétricas S.A., controlada pela Eletrobras, com 49%, vencedor do Lote G do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 005/2009 para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 008/2010 - ANEEL.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica e subestações localizados nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Em 31 de dezembro de 2023, o passivo circulante da Companhia excede o ativo circulante em R\$ 15.556, basicamente decorrente do saldo de dividendos a distribuir e da parcela de curto prazo do financiamento junto ao BNDES. A expectativa da administração é de que esses dividendos sejam distribuídos à medida que a geração de caixa for ocorrendo ao longo do próximo exercício e quanto ao financiamento existe uma aplicação restrita que corresponde a um multiplicador do valor da última prestação mensal paga do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida.

Em 31 de dezembro de 2023, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando.

1.3 Da concessão

No dia 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União Federal, por meio da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, o Contrato de Concessão nº 008/2010 - ANEEL - Instalação de Transmissão de Rede Básica, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão:

- a. LT 500 kV, CS SE Mesquita - SE Mutum com 136 km;
- b. LT 500 kV, CS SE Mutum – SE Viana 2 com 119 km;
- c. LT 345 kV CD SE Viana 2 - SE Viana com 8 km;
- d. Subestação Viana 2 em 500/345 kV e
- e. Entradas de linha, interligação de barras, autotransformador, reatores de linha, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

As instalações acima entraram em operação comercial em julho de 2014. A prestação do serviço público de transmissão ocorre mediante o pagamento à transmissora da Receita Anual Permitida (RAP) a ser auferida a partir da data de disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial. Conforme a Resolução Homologatória nº 3.216/2023, emitida pela ANEEL, o valor anual definido para a RAP, no ciclo tarifário julho/2023 a junho/2024, é de R\$67.514 (R\$64.237 no ciclo julho/2022 a junho/2023), incluindo as contribuições reembolsáveis (PIS e COFINS). Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do Contrato de Concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP, nos termos da cláusula sétima do Contrato de Concessão, em intervalos de cinco anos durante o período de concessão, no 5º, 10º e 15º ano, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão onde será revisado o custo de capital de terceiros, sendo que a revisão tarifária periódica do 15º ano ocorrerá em julho de 2026. O recebimento da RAP será linear durante a concessão e sem decréscimo, considerando que não há previsão de alteração do rol de prestação de serviços da Transmissora, bem como de redução de instalações de transmissão sob a responsabilidade da Companhia, que, porventura, possa justificar a diminuição da receita a ser percebida.

Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

- Reserva Global de Reversão (RGR) - Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu percentual anual equivale a 2,6% da receita operacional.
- Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pela ANEEL no percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto do Contrato de Concessão, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração estima que o valor de indenização é de R\$ 127.393, valor este correspondente a estimativa de valor residual contábil do ativo imobilizado conforme demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais. A reversão dos bens da concessão ao Poder Concedente ocorrerá após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os artigos 6 e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL por meio da resolução normativa nº. 933 de 18 de maio de 2021.

Essas demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações financeiras estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societária e regulatória. Estas diferenças estão explicadas na Nota Explicativa nº 20, para melhor entendimento do leitor.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações contábeis regulatórias apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4 Data de aprovação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 28 de março de 2024.

3 Principais práticas contábeis regulatórias

A Companhia aplicou as políticas contábeis regulatórias descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias.

a. Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

A Companhia reconhece a receita de prestação de serviços de transmissão em conformidade com o Contrato de Concessão através da Receita Anual Permitida (RAP) emitida pela ANEEL por meio das Resoluções Homologatórias.

b. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Caixa e bancos”, “Concessionárias e permissionárias” e “Outros ativos circulantes”.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Aplicações financeiras”.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam “Outros passivos circulantes”, “Fornecedores”, “Empréstimos e financiamentos” e “Dividendos a pagar”.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

d. Concessionárias e permissionárias

Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede Básica (RBL).

e. Imobilizado em serviço e em curso

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

f. Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, os juros e as atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados aos intangíveis em curso durante o período de formação do ativo.

g. Despesas antecipadas

Correspondem aos prêmios de seguros pagos antecipadamente que serão apropriados de acordo com a vigência das apólices.

h. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas.

i. Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente.

j. Impostos e contribuições

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando a sistemática de lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15%, acrescentada do adicional de 10% sobre o lucro presumido a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda presumido a uma alíquota de 12%.

Quando aplicável, os impostos sobre a renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis regulatórias e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

k. Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment")

A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a ser reconhecidas nos exercícios apresentados.

l. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

m. Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC")

A Companhia classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade operacional, por entender que os juros pagos não representam custos para obtenção de recursos financeiros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	1.876	2.156
Aplicações financeiras	8.850	6.883
Total	10.726	9.039

O saldo de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2023	31/12/2022
Banco Itaú	CDB-DI	98,71% CDI	8.850	6.883
Total			8.850	6.883

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros está divulgada na nota explicativa 16.

5 Aplicações financeiras vinculadas (Caixa restrito)

Referem-se à aplicação restrita para garantia do contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e corresponde a um multiplicador do valor da última prestação mensal paga do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida. As principais informações estão descritas a seguir:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2023	31/12/2022
Banco Itaú	Fundo de Investimento	93,99% CDI (*)	4.501	4.934
Total			4.501	4.934

(*) Rentabilidade relativa ao benchmark dos últimos 12 meses.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros está divulgada na nota explicativa 16.

6 Concessionárias e permissionárias

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	6.750	6.912
Total	6.750	6.912

7 Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados e intangíveis estão registrados ao custo de aquisição, ou de construção. As adições subsequentes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção.

7.1 Imobilizado

Imobilizado - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições	Valor Bruto em 31/12/2023	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Ativo Imobilizado em Serviço						
Transmissão	404.369	-	404.369	(95.250)	309.119	320.808
Terrenos	5.748	-	5.748	-	5.748	5.748
Edificações, obras civis e benfeitorias	28.870	-	28.870	(8.619)	20.251	21.229
Máquinas e equipamentos	369.742	-	369.742	(86.626)	283.116	293.827
Móveis e utensílios	9	-	9	(5)	4	4
Administração	604	4	608	(367)	241	287
Edificações, obras civis e benfeitorias	96	-	96	(51)	45	49
Máquinas e equipamentos	247	4	251	(145)	106	117
Veículos	185	-	185	(106)	79	106
Móveis e utensílios	76	-	76	(65)	11	15
Subtotal	404.973	4	404.977	(95.617)	309.360	321.095
Ativo Imobilizado em Curso						
Transmissão	28.982	635	29.617	-	29.617	28.982
Material em depósito	3.909	635	4.544	-	4.544	3.909
Depósitos judiciais	3.921	-	3.921	-	3.921	3.921
A ratear	21.152	-	21.152	-	21.152	21.152
Subtotal	28.982	635	29.617	-	29.617	28.982
Total do Ativo Imobilizado	433.955	639	434.594	(95.617)	338.977	350.077

Demonstração da depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2023			2022
		Bruto	Depreciação e amortização acumulados	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão					
Custo histórico	3,31%	404.369	(95.250)	309.119	320.808
Administração					
Custo histórico	13,81%	608	(367)	241	287
		404.977	(95.617)	309.360	321.095

Principais taxas de depreciação

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Autotransformadores	2,86%
Barramentos	2,50%
Chave Seccionadora	3,33%
Disjuntor	3,03%
Edificações	3,33%
Para-raios	4,17%
Torres autoportantes	2,70%
Administração	
Máquinas e equipamentos	16,67%
Móveis e utensílios	6,25%
Veículos	14,29%

7.2 Intangível

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Transferências	Valor Bruto em 31/12/2023	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Ativo Intangível em Serviço						
Transmissão	14.098	-	14.098	-	14.098	14.098
Servidões	14.098	-	14.098	-	14.098	14.098
Administração	43	-	43	(39)	4	4
Softwares	39	-	39	(39)	-	-
Outros	4	-	4	-	4	4
Subtotal	14.141	-	14.141	(39)	14.102	14.102
Total do Ativo Intangível	14.141	-	14.141	(39)	14.102	14.102

8 Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas suas acionistas, seus diretores, seus conselheiros e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas. As transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos reportados e seus efeitos estão descritos a seguir:

a. Prestação de serviços com Furnas Centrais Elétricas S.A.

A Companhia possuía contrato de O&M com Furnas até dezembro de 2016, porém o serviço foi prestado até 05 de janeiro de 2017. O valor do serviço prestado após a finalização do contrato foi totalmente liquidado em outubro de 2023.

b. Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a remuneração dos administradores totalizou R\$569 (R\$484 em 2022), sendo registrada como despesas gerais e administrativas.

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	(466)	(385)
Encargos e benefícios	(103)	(99)
Total	(569)	(484)

c. Dividendos a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Gebbras Participações Ltda.	7.195	10.025
Furnas Centrais Elétricas S.A.	6.912	9.631
Total	14.107	19.656

9 Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Mapa Construtora e Serviços Ltda.	68	68
Engex Engenharia Ltda.	20	-
Furnas Centrais Elétricas S.A.	23	497
Cemig Geração e Transmissão S.A.	12	-
Engelinhos Serviços e Engenharia Ltda.	-	687
SVA Segurança e Vigilância Armada Eireli	429	315
Outros	192	106
Total	744	1.673

10 Empréstimos e financiamentos

a. Composição

	Taxa anual de juros	31/12/2023	31/12/2022
BNDES Subcrédito A	TJLP + 2,03% a.a.	27.809	36.462
BNDES Subcrédito B	TJLP + 1,63% a.a.	4.915	6.445
BNDES Subcrédito C	TJLP	164	215
Capital de Giro – Banco Itaú	9,64% a.a.	-	2
BNDES Subcrédito A	IPCA + 3,67% a.a.	21.239	21.782
BNDES Subcrédito B	IPCA + 3,67% a.a.	22.137	22.329
Total		76.264	87.235
Circulante		13.877	13.603
Não circulante		62.387	73.632

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	97.351
Provisões de juros	8.376
Juros pagos	(5.425)
Amortização de principal	(13.067)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	87.235
Provisões de juros	6.973
Juros pagos	(4.590)
Amortização de principal	(13.354)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	76.264

b. Cronograma de pagamento não circulante

2024	13.877
2025	13.877
2026 a 2027	34.633
Total	62.387

c. Garantias

Por força dos referidos contratos de financiamento, a Companhia cedeu fiduciariamente, por meio de “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças”, a totalidade dos direitos creditórios de que era titular emergente do Contrato de Concessão nº 008/2010 - ANEEL, firmado com a União, representada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão CPST nº 2010-012-03 MGE TRA: CCO-2010-012, firmado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

As intervenientes Gebbras e Furnas deram ao BNDES, em penhor, em caráter irrevogável e irretroatável, a partir da assinatura do referido instrumento e até a liquidação de todas as obrigações assumidas, a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade.

d. Covenants

O contrato firmado com o BNDES contém cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento e índice de cobertura do capital próprio, a manutenção de conta reserva de repasse em conformidade com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) apurado, a manutenção do patrimônio líquido em relação ao total de ativo em percentual igual ou superior a 30%, além de distribuição de dividendos, cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais, se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos agentes financeiros. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos credores, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. O contrato ainda prevê o cumprimento de obrigações (*covenants*) não financeiros que se relacionam principalmente a questões sociais e operacionais.

De acordo com as cláusulas contratuais, o ICSD é de, no mínimo, 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas demonstrações financeiras regulatórias anuais. Se o ICSD for de no mínimo 1,30 a Companhia precisará manter uma conta reserva de repasse de três vezes o valor mensal da amortização vincenda do serviço da dívida, e se o ICSD for inferior a 1,30 a Companhia deverá manter na conta reserva o montante equivalente a seis vezes o valor mensal da amortização vincenda do serviço da dívida.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia está em conformidade com a referida cláusula de covenants, conforme cálculo abaixo, definido no contrato.

i. Índice de cobertura da dívida

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro regulatório antes do IRPJ/CSLL	36.868	31.262
(+) Resultado financeiro líquido	4.630	7.031
(+) Depreciação	11.080	11.079
EBITDA (conforme metodologia do BNDES)	52.578	49.372

	31/12/2023	31/12/2022
A) Geração de caixa da atividade		
EBITDA	52.578	49.372
(-) IRPJ/CSLL (Pagamentos)	(2.483)	(1.702)
	50.095	47.670
B) Serviço da dívida		
(+) Amortização do principal	13.354	13.067
(+) Pagamento de juros	4.590	5.425
	17.944	18.492
Índice de cobertura do serviço da dívida (A / B)	2,79	2,58

ii. Índice de capital próprio

	31/12/2023	31/12/2022
Total do patrimônio líquido	263.044	257.612
Total do ativo	376.123	387.609
Índice de capital próprio (PL/ATIVO)	69,94%	66,46%

iii. Índice de dívida líquida

	31/12/2023	31/12/2022
(+) Empréstimos e financiamento do passivo circulante	13.877	13.603
(+) Dívidas com pessoas ligadas do passivo circulante	14.129	19.666
(+) Empréstimos e financiamento do exigível a longo prazo	62.387	73.632
(-) Disponibilidade do ativo circulante	(10.726)	(9.039)
Dívida líquida	79.667	97.862
	31/12/2023	31/12/2022
Dívida líquida	79.667	97.862
EBITDA ajustado	52.578	49.372
Dívida líquida / EBITDA ajustado	1,52	1,98
	31/12/2023	31/12/2022
Dívida líquida	79.667	97.862
Dívida líquida + Patrimônio líquido	328.582	335.809
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,23	0,29

11 Outros passivos circulantes

	31/12/2023	31/12/2022
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	716	473
Reserva global de reversão – RGR	682	838
Taxa de fiscalização – TFSEE	564	530
Antecipação – Aviso de crédito de clientes	1.061	-
Outros	263	260
Total	3.286	2.101

12 Provisão para riscos

A Companhia está envolvida em processos cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, conforme informações abaixo:

Risco	31/12/2023			31/12/2022		
	Cível	Trabalhista	Total	Cível	Trabalhista	Total
Provável (a)	391	-	391	271	-	271
Possível (b)	9.510	-	9.510	10.364	-	10.364
	9.901	-	9.901	10.635	-	10.635

- a. **Processos prováveis:** Composto por processos de indenização por instituição de servidão de passagem no montante de R\$391 (valor atualizado).
- b. **Processos possíveis:** compõe-se principalmente por processos de indenização por instituição de servidão de passagem no montante de R\$9.233 (valor atualizado), sendo o valor remanescente pulverizado em diversos processos.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 278.232, representado por 278.231.800 ações ordinárias, sem valor nominal.

Acionistas	31/12/2023			31/12/2022		
	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor
Gebbras Participações Ltda.	141.898.218	51	141.898	141.898.218	51	141.898
Furnas - Centrais Elétricas S.A.	136.333.582	49	136.334	136.333.582	49	136.334
Total	278.231.800	100	278.232	278.231.800	100	278.232

b. Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício e é limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definição do estatuto social da Companhia. A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício societário	59.396	76.765
Reserva legal (5%)	(2.969)	(3.838)
Lucro líquido do exercício societário ajustado	56.427	72.927
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	14.107	18.232
Reserva de retenção de lucros	42.320	54.695

A movimentação das reservas de lucros está demonstrada a seguir:

Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2022	106.570
Constituição reserva de lucros	45.289
Distribuição de dividendos adicionais	(14.344)
Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2023	137.515

c. Dividendos

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76. A expectativa da Companhia é que parte dos dividendos de exercícios anteriores seja distribuída, assim que a Companhia apresentar saldo de caixa suficiente para tal distribuição. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou o pagamento de R\$34.000, referente a dividendos de exercícios anteriores.

A movimentação dos dividendos está demonstrada a seguir:

Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2022	19.656
Pagamento de dividendos	(19.656)
Constituição de dividendos adicionais	14.344
Pagamento de dividendos adicionais	(14.344)
Dividendos mínimos obrigatórios	14.107
Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2023	14.107

14 Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	2.507	1.543
Outras receitas financeiras	<u>26</u>	<u>73</u>
	<u>2.533</u>	<u>1.616</u>
Despesas financeiras		
Juros s/empréstimos e financiamentos	(6.973)	(8.375)
Atualizações monetárias	(74)	(163)
Outras despesas financeiras	<u>(116)</u>	<u>(109)</u>
	<u>(7.163)</u>	<u>(8.647)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(4.630)</u>	<u>(7.031)</u>

15 Impostos e contribuições correntes

a. PIS e COFINS – Deduções da receita

	31/12/2023	31/12/2022
Receita Anual Permitida (RAP)	69.813	65.697
Alíquota de PIS e COFINS	<u>3,65%</u>	<u>3,65%</u>
Imposto corrente no resultado	<u>(2.548)</u>	<u>(2.398)</u>

b. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Anual Permitida (RAP)	69.813	69.813	65.697	65.697
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
(=) Lucro presumido	5.585	8.378	5.256	7.884
Receitas financeiras	<u>2.525</u>	<u>2.525</u>	<u>1.592</u>	<u>1.592</u>
Base de cálculo	8.110	10.903	6.848	9.476
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	15%	9%	15%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(1.217)	(981)	(1.027)	(853)
Adicional de 10% - IRPJ	<u>(787)</u>	<u>-</u>	<u>(661)</u>	<u>-</u>
Imposto corrente no resultado	<u>(2.004)</u>	<u>(981)</u>	<u>(1.688)</u>	<u>(853)</u>

16 Instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023	Classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 48	Nível valor justo
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	10.726	1
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio do resultado	4.501	1
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	6.750	
Outros créditos	Custo amortizado	455	
		22.432	
Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2023	Classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 48	Nível valor justo
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	76.264	
Fornecedores	Custo amortizado	744	
Dividendos a pagar	Custo amortizado	14.107	
Outras contas a pagar	Custo amortizado	3.286	
		94.401	
Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022	Classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 48	Nível valor justo
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	9.039	1
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio do resultado	4.934	1
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	6.912	
Outros créditos	Custo amortizado	1.922	
		22.807	
Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022	Classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 48	Nível valor justo
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	87.235	
Fornecedores	Custo amortizado	1.673	
Dividendos a pagar	Custo amortizado	19.656	
Outras contas a pagar	Custo amortizado	2.003	
		110.567	

b. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários, registrados ao valor justo por meio de resultado e custo amortizado, são classificados como nível 1. Para determinação do valor, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

c. Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Em relação ao contas a receber, a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e, historicamente, está não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade.

O quadro a seguir demonstra análise dos vencimentos para os principais passivos financeiros, incluindo a projeção de correção monetária e juros futuros, em 31 de dezembro de 2023.

	<u>Total</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>Mais de 2 anos</u>
Fornecedores	744	744	-	-
Empréstimos e financiamentos	85.412	14.955	29.779	40.678

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado — tais como as taxas de juros e os preços de ações — irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco.

Riscos relacionados à taxa de juros

Na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (TJLP).

d. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI e da TJLP.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2023, averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI e TJPL, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no site do Banco Central, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e uma redução de 25% e 50% nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		13,03	9,77	6,52
Aplicações financeiras		13.351	1.740	1.304	870
Impacto no resultado			-	(436)	(870)

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Aumento de 25%	Aumento de 50%
TJLP (%)	Aumento da TJLP		7,00	8,75	10,50
Empréstimos e financiamentos		76.264	5.338	6.673	8.008
Impacto no resultado			-	(1.335)	(2.670)

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

17 Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Valor Segurado	Vigência
Administradores / Seguro D&O (*)	30.000	30/04/2023 a 30/04/2024
Risco operacional	72.571	30/04/2023 a 30/04/2024
Responsabilidade civil geral	6.000	30/04/2023 a 30/04/2024

18 Questões ambientais

As condicionantes definidas no licenciamento ambiental expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA estão sendo regularmente cumpridas pela Companhia.

19 Eventos subsequentes – Incorporação do acionista Furnas pela Eletrobras

As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, controlador do acionista Furnas, aprovou em 11 de janeiro de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, a autorização aos administradores da Eletrobras a praticarem todos os atos necessários à implementação da Incorporação de Furnas pela Eletrobras, com eficácia condicionada à implementação das condições suspensivas previstas no Protocolo e Justificação.

20 Conciliação das demonstrações societárias para regulatórias

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações contábeis societárias, sendo que para fins regulatórios, seguiu a regulamentação regulatória, determinada pela ANEEL. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Balço patrimonial <i>(Em milhares de Reais)</i>	31/12/2023			31/12/2022		
	Demonstrações societárias	Ajustes	Demonstrações regulatórias	Demonstrações societárias	Ajustes	Demonstrações regulatórias
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	10.726	-	10.726	9.039	-	9.039
Concessionárias e permissionárias	6.750	-	6.750	6.912	-	6.912
Contas a receber (ativo de contrato)	19.1 47.069	(47.069)	-	44.293	(44.293)	-
Outros créditos	425	30	455	1.892	30	1.922
Total do ativo circulante	64.970	(47.039)	17.931	62.136	(44.263)	17.873
Ativo não circulante						
Aplicações financeiras	4.501	-	4.501	4.934	-	4.934
Contas a receber (ativo de contrato)	19.1 476.953	(476.953)	-	463.520	(463.520)	-
Depósitos judiciais e cauções	612	-	612	623	-	623
Imobilizado	19.2 243	338.734	338.977	288	349.789	350.077
Intangível	19.2 -	14.102	14.102	-	14.102	14.102
Total do ativo não circulante	482.309	(124.117)	358.192	469.365	(99.629)	369.736
Total do ativo	547.279	(171.156)	376.123	531.501	(143.892)	387.609
Passivo circulante						
Fornecedores	744	-	744	1.673	-	1.673
Empréstimos e financiamentos	13.877	-	13.877	13.603	-	13.603
Impostos correntes a pagar	1.473	-	1.473	1.587	-	1.587
Dividendos a pagar	14.107	-	14.107	19.656	-	19.656
Outras contas a pagar	3.286	-	3.286	2.101	-	2.101
Total do passivo circulante	33.487	-	33.487	38.620	-	38.620
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos	62.387	-	62.387	73.632	-	73.632
Impostos diferidos	19.3 35.267	(35.267)	-	34.176	(34.176)	-
Provisão para riscos	391	-	391	271	-	271
Obrigações vinculadas	-	16.814	16.814	-	17.474	17.474
Total do passivo não circulante	98.045	(18.453)	79.592	108.079	(16.702)	91.377
Patrimônio líquido						
Capital social	278.232	-	278.232	278.232	-	278.232
Reserva de lucros	137.515	-	137.515	106.570	-	106.570
Prejuízos acumulados	19.5 -	(152.703)	(152.703)	-	(127.190)	(127.190)
Total do patrimônio líquido	415.747	(152.703)	263.044	384.802	(127.190)	257.612
Total do patrimônio líquido e total do passivo	547.279	(171.156)	376.123	531.501	(143.892)	387.609

Demonstração de resultado		31/12/2023		31/12/2022			
		Demonstrações societárias	Ajustes	Demonstrações regulatórias	Demonstrações societárias	Ajustes	Demonstrações regulatórias
<i>(Em milhares de Reais)</i>							
Receita líquida	19.4	79.537	(15.617)	63.920	99.236	(38.300)	60.936
Pessoal		(1.077)	-	(1.077)	(937)	-	(937)
Serviços de terceiros		(8.045)	-	(8.045)	(8.028)	-	(8.028)
Depreciação e amortização		-	(11.030)	(11.030)	-	(11.030)	(11.030)
Outros custos operacionais		(1.091)	635	(456)	(968)	65	(903)
Total dos custos operacionais		(10.213)	(10.395)	(20.608)	(9.933)	(10.965)	(20.898)
Pessoal e administradores		(1.016)	-	(1.016)	(797)	-	(797)
Serviços de terceiros		(567)	-	(567)	(682)	-	(682)
Depreciação e amortização		(50)	-	(50)	(63)	14	(49)
Outras receitas (despesas)		(181)	-	(181)	(200)	(16)	(216)
Total das despesas operacionais		(1.814)	-	(1.814)	(1.742)	(2)	(1.744)
Receitas financeiras		2.533	-	2.533	1.616	-	1.616
Despesas financeiras		(7.163)	-	(7.163)	(8.647)	-	(8.647)
Resultado financeiro líquido		(4.630)	-	(4.630)	(7.031)	-	(7.031)
Resultado antes dos impostos		62.880	(26.012)	36.868	80.530	(49.267)	31.263
Imposto de renda e contribuição social	19.3	(3.484)	499	(2.985)	(3.765)	1.224	(2.541)
Lucro líquido do exercício	19.6	59.396	(25.513)	33.883	76.765	(48.043)	28.722

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

20.1 Contas a receber (ativo de contrato)

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Na contabilidade societária são efetuados lançamentos, com expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização), e atualizações dos saldos.

Esses lançamentos foram realizados em atendimento ao disposto no CPC 47 – Receita de Contrato de Clientes, mas que para fins de contabilidade regulatória, tais práticas não são adotadas e, desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

As diferenças identificadas entre o Ativo de contrato e o Ativo Imobilizado Regulatório, ocorrem em função da aplicação do CPC 47 na contabilidade societária. Essas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

20.2 Imobilizado/Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado/intangível, sendo depreciado em conformidade com o referido manual.

20.3 Tributos diferidos

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento de receitas de construção e remuneração oriundos da adoção do CPC 47, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

20.4 Receita

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo de contrato, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, eliminando assim os efeitos do CPC 47.

- (i) **Receita de construção:** durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período.
- (ii) **Receita de remuneração:** corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.
- (iii) **Receita de operação e manutenção:** após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

20.5 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo do exercício societário	415.747	384.802
Efeito dos ajustes entre contabilidades societária e regulatória:		
Efeito do ativo de contrato	(187.970)	(161.366)
Efeito dos impostos	35.267	34.176
Saldo do exercício regulatório	<u>263.044</u>	<u>257.612</u>

20.6 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido conforme contabilidade societária	59.396	76.765
Efeito dos ajustes entre contabilidades societária e regulatória:		
Efeito do ativo de contrato	(26.012)	(49.267)
Efeito dos impostos	499	1.224
Resultado líquido conforme contabilidade regulatória	<u>33.883</u>	<u>28.722</u>

* * *

Gersino Saragosa Guerra
 Diretor Administrativo-Financeiro

Antônio Costa e Costa
 Diretor Técnico

Credibile Soluções Contábeis e Emp. S/S
 Leandro Borges Jordão
 Contador
 CRC GO-001605/O